

AUSTERIDADE

O "pacote" sai hoje

por Cláudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

Planalto para que o presidente Sarney anunciasse o programa econômico à Nação, em cadeia de rádio e televisão, ontem às 16 horas, optou-se pelo adiamento do evento para hoje de manhã, sob a justificativa oficial do ministro da Fazenda de que o Executivo pretendia incorporar algumas sugestões recebidas do Legislativo nas discussões de ontem. Segundo Funaro, duas propostas seriam absorvidas pelo "pacote": a fixação do prazo de 120 dias para a devolução do Imposto de Renda (IR), a contar da data da declaração, e a possibilidade de substituir o IR nos casos em que o governo tasse com o IOF, de modo a dar aos estados e municípios o benefício do aumento da arrecadação.

Outra explicação para o adiamento, extra-oficial, é de que o presidente Sarney preferiu refazer o texto que lerá hoje, dando um tom mais político e menos de detalhamento de medidas.

Tais providências, porém, não modificam a essência do "pacote" econômico que, na sua face tributária, dá uma profunda mexida na incidência do IR, reduzindo o desconto na fonte para 95% dos assalariados, que pagarão menos da metade do que pagam atualmente. Assim, conforme a reforma tributária proposta, os assalariados que ganham até cinco salários mínimos (Cr\$ 3 milhões) estarão isentos, o mesmo acontecendo para os que percebem até sete salários e possuem três dependentes. Hoje, um assalariado de Cr\$ 4,2 milhões desconta Cr\$ 390 mil de imposto na fonte e a partir de janeiro estará isento. Isto beneficia 1,2 milhão de contribuintes, que represen-

tam 17% do total, caindo o universo de contribuintes para 5,650 milhões.

Pelo caráter de distribuição de renda do "pacote", os senadores Chiarelli e Humberto Lucena (líder do governo) acreditam que sua aprovação, no Congresso Nacional, "será pacífica". Lucena adiantou que as lideranças pedirão que a matéria tramite em regime de urgência, para que esteja aprovada até o dia 5 de dezembro, quando se encerram os trabalhos do Legislativo.

Cerca de 3,7 milhões de declarantes, com rendimentos na faixa de cinco a dez salários mínimos, terão uma redução superior a 65% do Imposto de Renda na fonte. Para os contribuintes com rendimentos mensais entre dez e vinte salários, a redução será de 61%.

Cerca de 600 mil contribuintes recebem entre vinte e cinquenta salários mínimos e terão uma redução do IR na fonte de 43%. Entre cinquenta e cem salários mínimos, ou seja, 1% do total dos declarantes

(apenas 40 mil pessoas) a redução do IR na fonte será superior a 30%. Assim, com a nova tabela, todos os contribuintes assalariados pagarão menos Imposto de Renda. Se hoje um declarante de dez salários e três dependentes desconta Cr\$ 784 mil na fonte, por mês, pela nova tabela descontará apenas Cr\$ 132 mil, e seu salário mensal disponível aumentará Cr\$ 652 mil ao mês. Na faixa de cinquenta salários mínimos a contribuição mensal cairá de Cr\$ 9,9 milhões para Cr\$ 4,9 milhões.

A expectativa é que as medidas tributárias para as pessoas jurídicas rendam cerca de Cr\$ 20,8 trilhões, no ano que vem. Apesar da declaração semestral que as grandes empresas terão de fazer (empresas com lucro real acima de 40 mil ORTN, ou seja, Cr\$ 3 bilhões em janeiro de 1986), estima-se uma arrecadação adicional de Cr\$ 8,5 trilhões. São as 3.796 empresas de grande porte que movimentam cerca de 85% da atividade econômica do País e que já apuram balanços semestrais.

As empresas industriais que fizerem novos investimentos e buscarem modernização tecnológica, o governo pretende dar incentivo, permitindo a utilização de um processo de depreciação mais acelerado de máquinas, equipamentos e instalações. Também permitirá que sejam vendidos imóveis sem a cobrança de Imposto de Renda se os recursos forem usados para a capitalização das empresas.

Estenderá a tributação na fonte a todas as empresas jurídicas de prestação de serviços, com alíquota de 6% (para serviços profissionais) e de 10% (para comissões, corretagens e representação comercial). Funaro disse ainda que "os 10% mais ricos passaram, de 1960 a 1980, a deter de 37 para 51% da renda nacional".

O "pacote" sai hoje

GAZETA MERCANTIL
Economia - Brasil

28 NOV 1985

por Cláudia Safatle
de Brasília

O presidente José Sarney adiou para hoje às 10 horas o anúncio oficial do programa econômico para 1986, que pretende reduzir o déficit operacional do setor público (saldo dos financiamentos do setor público não financeiro, exclusive correção monetária e cambial) de mais de 2,5% do PIB neste ano para 0,5% do PIB em 1986. Ontem, os ministros da Fazenda, Dilson Funaro, e do Planejamento, João Sayad, expuseram o "pacote" a líderes parlamentares, que o consideraram "simpático", como resumiu o senador Carlos Chiarelli (líder do PFL no Senado).

Funaro disse que a refor-



Carlos Chiarelli

ma tributária embutida no programa é "um passo importante para esquecermos daqui por diante qualquer

aumento de impostos". O programa, que será anunciado pelo presidente, em cadeia facultativa de rádio e televisão, será assinado "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional.

Esta prevista a substituição do Imposto de Renda na fonte pelo IOF nas operações de "open market", começando com uma alíquota de 20% para as operações de um dia ("overnight"), decrescendo nos prazos maiores e caindo a zero nas operações de dois meses. O mesmo sistema de penalização das aplicações de curto prazo será instituído para as operações do mercado a termo e a futuro da Bolsa de Valores e, segundo Funaro, o mercado de opções será taxado com 0,5% de IOF sobre o prêmio e 0,5% de IOF na realização final da operação.

Durante cinco horas Funaro e Sayad estiveram reunidos com os líderes e vice-líderes da Câmara e do Senado, em separado, quando ambos expuseram os detalhes do "pacote" tributário, do programa de privatização, do programa social e dos cortes de despesas da administração direta e indireta. A portas fechadas, na sala da Comissão de Constituição e Justiça, no Senado, o ministro Funaro explicou aos senadores também as negociações da dívida externa e arrancou palmas ao garantir: "Nunca mais vamos aceitar o FMI neste País". Indagado sobre com que cacie o governo endurecia com os credores, o ministro respondeu: "O cacie são 130 milhões de brasileiros".

Embora estivesse tudo preparado no Palácio do (Continua na página 5)